



Câmara Municipal de Jaguariúna

SECRETARIA

Processo Nº 146 Exercício de: 2022

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 076/2021 - Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 2º da Lei nº 2289, de 18/03/2015, que dispõe sobre a criação do Programa "Cadastro Unificado" na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.

Nome: Ver. Wilson Barbosa do Magalhães

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
em Sessão de 04/10/22

[Assinatura]
PRESIDENTE

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO
em Sessão de 11/10/22

[Assinatura]
PRESIDENTE

APROVADO

Favoráveis 12
Contrários -
Abstenções -

04/10/2022 [Assinatura]
PRESIDENTE

ATUAÇÃO

APROVADO

Favoráveis 12
Contrários -
Abstenções -

11/10/22 [Assinatura]
PRESIDENTE

Aos _____ dias do mês _____ de 20 _____, nesta cidade de Jaguariúna, na Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo acima referido como adiante se vê. Do que para constar, faço este termo.

Eu _____ Secretário, a subscrevi



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO
em Sessão de 11/10/2022
[Assinatura]
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 076/2021

APROVADO	
Favoráveis	<u>12</u>
Contrários	<u>-</u>
Abstenções	<u>-</u>
<u>11/10/2022</u>	<u>[Assinatura]</u> PRESIDENTE

Acrescenta os §§ 1º e 2º ao Art. 2º da Lei n. 2.289 de 18 de março de 2015, que dispõe sobre a criação do Programa "Cadastro Unificado" na educação infantil da Rede Municipal de Ensino, e da outras providências".

A Câmara Municipal de Jaguariúna aprova a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica acrescentado os parágrafos 1º e 2º, ao art. 2º da Lei Municipal nº 2.289 de 18 de março de 2015, como segue:

Art. 2º.....

§1º. O Cadastramento eletrônico de que trata o inciso I deste artigo será realizado durante todos os dias letivos do calendário escolar municipal.

§ 2º. A critério da administração municipal poderá ser adotado o cadastramento eletrônico de forma virtual.

Art. 2º. – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

LIDO EM SESSÃO
DE 05/10/2021
[Assinatura]
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2021.

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
em Sessão de 04/10/22
[Assinatura]
PRESIDENTE

ROTOCOLO	
Nº de Ordem	<u>1764</u>
Fls. Nº	<u>070</u>
Livro Nº	<u>042</u>
<u>30/09/21</u>	<u>[Assinatura]</u> Secretária

[Assinatura]
WILIAN MORRINHO
VEREADOR

APROVADO	
Favoráveis	<u>12</u>
Contrários	<u>-</u>
Abstenções	<u>-</u>
<u>04/10/22</u>	<u>[Assinatura]</u> PRESIDENTE



Câmara Municipal de Jaguariúna

003

Estado de São Paulo



JUSTIFICATIVA

Caros Srs.(as).

É de extrema importância a modificação na Lei 2.289/2015, que criou o Cadastro Unificado na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, para que em nosso município de Jaguariúna seja ele disponibilizado, de forma contínua, durante todo o Ano Letivo, proporcionando acesso aos pais e responsáveis ao cadastramento das nossas crianças que buscam pelo atendimento por creches não só em dois meses do ano.

É de conhecimento de todos que o Cadastramento Unificado criado pela Lei 2.289/2015 **não garante a imediata matrícula da criança**, apenas serve para que haja a unificação dos dados de demanda, que na maioria delas são, de pronto, reprimidas, haja vista a falta de vagas para os Centros de Educação Infantil – CEI's (Creches).

A omissão na Lei em questão com relação ao período que deva ocorrer o Cadastro Unificado na Educação Infantil, fez com que, através de regulamentação pelo Decreto 3.523/2017, fosse fixado apenas dois meses durante o ano para que o mesmo fosse aberto ao cidadão, gerando, inegavelmente, **uma falsa compilação dos dados de demanda por vagas para as creches.**

Com a regulamentação por decreto, o chefe do executivo fixou que o Cadastro Unificado deverá ocorrer apenas nos meses de fevereiro e agosto. Com isso, temos crianças que chegam em nosso município, vindos de outras cidades ou as que nascem entre os meses de março e julho ou entre setembro e janeiro, e que precisam aguardar por até 05 meses para poderem, simplesmente, manifestarem o interesse pelo direito de serem atendidos pela vaga de creche. Novamente ressalto, o "Cadastro Unificado" não se trata de contemplação com a vaga de creche para a criança, que é um direito assegurado pela nossa Constituição Federal, Art. 7º, inciso XXV, mas tão somente o direito do representante legal do menor de manifestar o interesse de ser atendido pela vaga.

W



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Não vislumbramos qualquer atribuição assoberbada de funções ao poder executivo, em especial às Secretarias dos CEI's, pelo contrário, com a mudança que apresentamos é evidente que os atendimentos que hoje se concentram em dois únicos meses no ano, passariam a ser diluídos nos demais meses, gerando menos concentração de trabalho aos servidores responsáveis e essa rotina seria facilmente absorvida pelo quadro atual, uma vez que o Cadastro Único sempre é realizado mediante agendamento prévio e em todas as secretarias dos CEI's que ficam abertas, munidas de equipamentos e servidores disponíveis durante todos os dias de aula.

Além da ampliação para todos os dias letivos do ano, também inserimos na Lei a possibilidade de a Administração Municipal adotar o cadastramento de forma virtual, com o envio de documentação digitalizada através da internet, o que passaria a gerar facilidade aos interessados e a segurança do distanciamento em tempos de pandemia. Na modalidade virtual a administração, da mesma forma, deverá fornecer o Comprovante de Solicitação de Vaga como hoje é realizado na presencial, mas através de um e-mail ou qualquer outro meio virtual acessível ao munícipe.

É importante que friseamos que o Cadastramento Unificado é de suma importância para o Município, o objetivo da Lei é a unificação dos dados de **demanda** para os Centros de Educação Infantil, assim sendo, não faz sentido que permaneça a regulamentação limitadora que restringe o atendimento dos interessados em apenas em dois meses no ano.

A regulamentação informada afasta também do cadastro os pais que, por algum motivo, seja por questão de trabalho, saúde, viagem e etc, não consigam se dirigir ao CEI da sua região no período específico determinado na regulamentação, ficando a criança necessitada fora do cadastro de forma injustificada, gerando uma falsa percepção da realidade que maquia a verdadeira demanda existente naquele momento, em uma cidade tão dinâmica e em constante mutação e crescimento como a nossa.

Por fim, é de conhecimento do nosso mandato, que as crianças que possuem necessidade emergencial por uma vaga em creche, devido o trabalho de ambos os pais ou responsáveis, ou por não terem ninguém da rede de apoio familiar ou, ainda, nenhuma condição financeira para pagarem uma "babá" ou



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



uma Escolinha Particular, e tenham que optar pela busca judicial visando obterem a vaga, ao procurarem os serviços de Assistência Judiciária Gratuita, que é ofertado pela OAB-SP, através do Convênio firmado com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, só conseguem que se proceda a nomeação de um advogado conveniado para adentrar com a demanda cabível, se apresentarem o Comprovante de Solicitação de Vaga em Creche emitido pela Secretaria do CEI da respectiva localidade onde reside o menor. Deste modo, além da falta de acesso aos cadastros por demanda reprimida por creche, a criança e seus representantes legais, sem o cadastro, não conseguem sequer a nomeação de um causídico gratuitamente para que busquem pelo direito à creche que a Constituição Federal lhes confere.

Assim, diante de todo o exposto, visando o restabelecimento adequado do Cadastro Unificado na Educação Infantil, com a finalidade de estabelecermos uma real, atual e unificada demanda para os CEI's de nosso município, bem como visando facilitar a vida de todos os nossos cidadãos, resguardar os direitos de nossas crianças que são prioridade absoluta e, por fim, visando distorcer injustiças difusas, é que apresento o presente projeto de Lei, que insere os parágrafos 1º e 2º ao artigo 2º da Lei Municipal 2.289/2015, rogando pelo apoio dos Nobres pares, para que o mesmo seja analisado pelas comissões competentes, debatido e aprovado junto a esta casa de Leis e encaminhado ao executivo municipal para sua sanção e imediata aplicação.

Jaguariúna, 29 de setembro de 2021.

WILIAN MORRINHO
VEREADOR - PDT



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ofício PRE nº 571/2021

Jaguariúna, 06 de outubro de 2021

Senhor Presidente

Passamos às mãos de Vossa Senhoria para parecer dessa digna Comissão o Projeto de Lei nº 076/2021 do Sr. Wilian Barbosa do Morrinho – acrescenta os §§ 1º e 2º ao Art. 2º da Lei nº 2.289 de 18 de março de 2015, que dispõe sobre a criação do Programa “Cadastro Unificado” na Educação infantil da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências, lido em Sessão Ordinária, realizada em 05 de outubro do corrente, por esta Casa de Leis, para que o mesmo seja pautado em reunião Ordinária das Comissões Permanentes, nos termos do inciso I, Art. 83 do R.I.

Atenciosamente,


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente

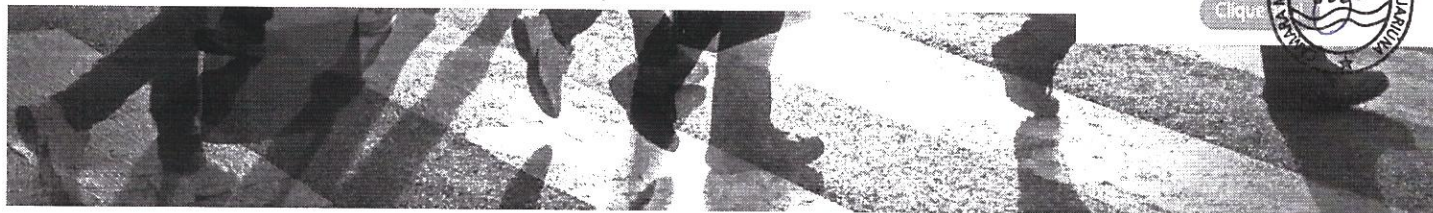
Ao Senhor

Vereador Wilian Barbosa do Morrinho

Presidente da Comissão Permanente de

Constituição, Justiça e Redação

Jaguariúna/S.P.



Área de relacionamento


Histórico de consultas realizadas

Ver todos os atendimentos ▼ No último ano ▼

Sua consulta jurídica foi registrada em nosso sistema.

Você pode anexar documentos à consulta através do link "Anexar informação complementar" abaixo.

Atendimentos em andamento

Parecer Jurídico
Iniciado em 23/11/2021 10:30 por ADRIANA GODOY DE CHAMI ALVES, DIRETORIA JURÍDICA/DEPARTAMENTO JURÍDICO
Em atendimento
Anexar informação complementar »
Anexos do atendimento
Consulta registrada pelo consulente
Acréscimo incisos ao Art. 2º da Lei 2.289 do Município.
 Anexo 105562 - Documento enviado pelo consulente

[« voltar para a página principal da área do associado](#)

55816

PARECER

Nº 4056/2021¹

- PG – Processo Legislativo. Projeto de Lei. Acrescenta dispositivos na Lei local que trata do programa "Cadastrado Unificado" na educação infantil da rede municipal de ensino. Competência do Poder Executivo. Organização Administrativa. Reserva da Administração. Considerações.

CONSULTA:

Consulente indaga acerca da constitucionalidade de Projeto de Lei, de iniciativa parlamentar, que acrescenta dispositivos na Lei local que trata do programa "Cadastrado Unificado" na educação infantil da rede municipal de ensino.

RESPOSTA:

Inicialmente, temos que, o estabelecimento de diretrizes na organização administrativa governamental deve ser realizado pelo Poder Executivo, pois a implantação e execução de programas na Municipalidade, constitui atividade puramente administrativa e típica de gestão; logo, inerente à chefia do Poder Executivo. Assim, cabe exclusivamente ao Chefe do Executivo, no desenvolvimento de seu programa de governo, eleger prioridades e decidir se executará esta ou aquela ação governamental, seja dessa forma ou de outra, seja por um breve período ou por um prazo mais longo, definindo, dentre outros pontos, as metas a serem cumpridas e a clientela a ser atendida.

¹PARECER SOLICITADO POR ADRIANA GODOY DE CHAMI ALVES, DIRETORIA JURÍDICA/ DEPARTAMENTO JURÍDICO - CÂMARA MUNICIPAL (JAGUARIÚNA-SP)

parlamentar e importa em atuação ultravires do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais". (STF - Tribunal Pleno. ADI-MC nº 2.364/AL. DJ de 14/12/2001, p. 23. Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Ainda, acerca do tema, não podemos deixar de mencionar a Tese nº 917 da repercussão geral do STF:

"Ementa. Recurso extraordinário com agravo. Repercussão geral. 2. Ação Direta de Inconstitucionalidade estadual. Lei 5.616/2013, do Município do Rio de Janeiro. Instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias. 3. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Competência privativa do Poder Executivo municipal. Não ocorrência. **Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos.** 4. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte. 5. Recurso extraordinário provido." (STF. RE nº 878.911/RJ. Rel. Min. Gilmar Mendes. Julgamento: 29/09/2016. Publicação: 11/10/2016). (Grifos nossos).

Assim como, também, vale a menção à ADI 1182/2005 do Egrégio Tribunal:

"EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGO 117, INCISOS I, II, III E IV, DA LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. ÓRGÃOS INCUMBIDOS DO EXERCÍCIO DA SEGURANÇA PÚBLICA. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA. MATÉRIA DE INICIATIVA RESERVADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. MODELO DE HARMÔNICA TRIPARTIÇÃO DOS PODERES.



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13820-000 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856
Jaguariúna- SP



LEI Nº 2.289, de 18 de março de 2015.

Dispõe sobre a criação do Programa “Cadastro Unificado” na educação infantil da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.

TARCÍSIO CLETO CHIAVEGATO, Prefeito do Município de Jaguariúna, Estado de São Paulo etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o Programa “Cadastro Unificado” na educação infantil da Rede Municipal de Ensino, no Município de Jaguariúna, que tem por objetivo a unificação dos dados de demanda para os Centros de Educação Infantil – CEI’s.

Parágrafo único. Para fins desta lei, entende-se como demanda a quantidade de pleiteantes à vaga para os Centros de Educação Infantil, crianças de 00 (zero) a 03 (três) anos de idade, conforme a Lei de Diretrizes e Base da Educação.

Art. 2º O Programa “Cadastro Unificado” consiste:

I – no cadastramento eletrônico, feito junto aos Centros de Educação Infantil;

II – no armazenamento e organização das informações em banco de dados que centralizará e unificará as informações obtidas no cadastramento das demandas e sobre as matrículas;

III – na disponibilização dos dados do cadastramento para os demais órgãos públicos municipais, estaduais e federais, para fins de elaboração de políticas públicas;

IV – na disponibilização de lista atualizada dos candidatos cadastrados, devendo constar o número do protocolo, em ordem crescente e nesse acesso encontrará sua situação, no Site da Prefeitura.

Art. 3º No cadastro eletrônico deverá constar os campos para o preenchimento dos seguintes dados:

I – o nome, data de nascimento da criança e filiação;



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13820-000 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856
Jaguariúna- SP



Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Jaguariúna, aos 18 de março de 2015.



TARCÍSIO CLETO CHAVEGATO
Prefeito

Publicada no Departamento de Expediente e Registro da Secretaria de Governo,
na data supra.

GUSTAVO DURLACHER
Secretário de Governo



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13820-000 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856
Jaguariúna- SP



II – crianças que ambos os pais ou responsáveis legais trabalhem em tempo integral ou parcial, sem benefício de creche por parte do empregador, e com a devida comprovação no ato do cadastramento;

III – famílias com menor renda “per capita”;

IV – famílias com maior tempo de moradia no Município;

V – composição familiar;

VI – famílias com benefícios de transferência de renda governamentais.

§ 1º Considera-se vulnerabilidade social, privação de todos os direitos fundamentais, situação de risco pessoal e social, situações de abandono, fome, desnutrição, negligência, abuso e exploração sexual etc.

§ 2º A análise e pontuação serão realizadas mediante os critérios estabelecidos no *caput* deste artigo, pela assistente social escolar em consonância com a lista única de demanda.

Art. 7º A criança que, durante o ano letivo, mudar de residência ou domicílio com sua família e que, em função dessa situação, necessitar transferir-se de escola, terá prioridade de vaga de matrícula nos estabelecimentos de ensino existentes, no bairro ou localidade que passe a residir, desde que haja vaga.

Parágrafo único. O responsável pela criança deverá procurar o CEI no qual está matriculada para fazer a solicitação de transferência, devendo apresentar os documentos que comprovem a mudança de endereço.

Art. 8º É responsabilidade dos CEI's:

I – proceder ao preenchimento do cadastro das crianças;

II – informar mensalmente por escrito à Secretaria de Educação de Jaguariúna sobre o número de vagas existentes;

III – encaminhar permanentemente à Secretaria de Educação de Jaguariúna todas as solicitações de transferências observado o art. 7º deste decreto;

IV – efetuar as matrículas seguindo a listagem de classificação do “Cadastro Unificado”;

V – garantir o preenchimento das vagas no total da sua capacidade física, conforme constante no Quadro Escolar.

53



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13820-000 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2836
Jaguariúna- SP



DECRETO Nº 3.449, de 29 de junho de 2016.

Regulamenta a Lei Municipal nº 2.289/2015, que dispõe sobre a criação do Programa “Cadastro Unificado” na educação infantil da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.

TARCÍSIO CLETO CHIAVEGATO, Prefeito do Município de Jaguariúna, Estado de São Paulo etc., no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 2.289, de 18 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º O Programa “Cadastro Unificado” no Município de Jaguariúna foi criado com o objetivo de unificar os dados de demandas de vagas para crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos nos Centros de Educação Infantil – CEI’s.

Art. 2º Os CEI’s serão responsáveis pelo cadastro eletrônico dos interessados e pelo Banco de Dados das vagas existentes na rede pública de ensino.

§ 1º Os interessados deverão cadastrar-se no CEI de interesse por vaga, nos meses de fevereiro e agosto de cada ano.

§ 2º Do cadastramento resultará ao interessado um número de protocolo, com o qual poderá acompanhar a movimentação do Programa “Cadastro Unificado”, no *site* da Prefeitura do Município de Jaguariúna.

§ 3º O cadastramento por si só não configura a matrícula imediata.

§ 4º A matrícula propriamente dita será efetivada havendo disponibilidade de vaga e somente após análise dos critérios definidos no art. 7º deste decreto.

Art. 3º Para o cadastramento de que trata o artigo anterior, o interessado deverá comparecer ao CEI apresentando os originais e cópias dos seguintes documentos:

- I – certidão de nascimento da criança;
- II – RG e CPF dos genitores ou responsáveis;
- III – termo de guarda, quando for o caso;
- IV – comprovante de residência em nome do responsável legal pela criança;

4

luc



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna/SP

Vereador Wilian Barbosa do Morrinho, baseado no § 2º, Art. 181, do Regimento Interno, vem com este requerer desta Casa de Leis, a retirada, para melhor estudo, do Projeto de Lei nº 0076/2021, de minha autoria.

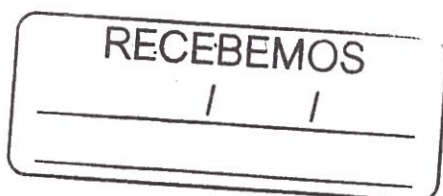
Referido Projeto de Lei encontra-se nas Comissões Permanentes para análise e Parecer.

Termos em que,

Pede deferimento.

Jaguariúna, 02 de dezembro de 2021.

VEREADOR WILIAN BARBOSA DO MORRINHO





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



017

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna/SP

Vereador Wilian Barbosa do Morrinho, baseado no § 2º, Art. 181, do Regimento Interno, vem com este requerer desta Casa de Leis, a retirada, para melhor estudo, do Projeto de Lei nº 0076/2021, de minha autoria.

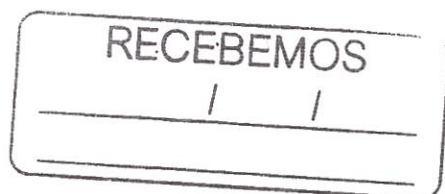
Referido Projeto de Lei encontra-se nas Comissões Permanentes para análise e Parecer.

Termos em que,

Pede deferimento.

Jaguariúna, 02 de dezembro de 2021.

VEREADOR WILIAN BARBOSA DO MORRINHO





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 076/2021

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA e REDAÇÃO; de ORÇAMENTO, FINANÇAS e CONTABILIDADE e DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA ao Projeto de Lei nº 076/2022, ASSINADO PELO RELATORES, OS ILUSTRÍSSIMOS VEREADORES RODRIGO REIS DE SOUZA, ANA PAULA ESPINA DE SOUZA MUNIZ e WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO, e demais membros.

Autoria: VEREADOR WILIAN BARBOSA DO MORRINHO

Parecer: FAVORÁVEL.

De iniciativa dos Vereador Wilian Barbosa do Morrinho, o Projeto de Lei em epígrafe acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 2º da Lei nº 2.289 de 18 de março de 2015 que dispõe sobre a criação do Programa “Cadastro Unificado” na educação infantil da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.

No mérito, o Projeto acrescenta novos parágrafos ao art. 1º e 2º da Lei nº 2.289 de 18 de março de 2015, os quais regulamentam que o cadastro eletrônico poderá ser realizado durante todos os dias do período letivo, segundo o calendário escolar e que poderá ser adotado o cadastro eletrônico, ficando a critério da administração municipal.

Na Justificativa, o autor esclarece que o Cadastro Unificado serve apenas para centralizar a demanda e não garante matrícula da criança.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 076/2021

Ademais, informou que diante dessa situação, se deve adequar o Cadastro Unificado da Educação infantil para que atenda a real demanda para os CEI's do Município.

É o relatório, com a exposição da matéria em exame.

Com efeito, com essas considerações, compete as Comissões Permanentes exarar parecer sobre a legalidade, constitucionalidade, conveniência e oportunidade do Projeto de Lei em epígrafe, consoante as conclusões acima explanadas.

Analisada a propositura, nada temos a opor à aprovação do vertente projeto de lei, o qual, inclusive, é de grande valia e possui relevante interesse para o município.

Ante o exposto, favorável é o parecer à aprovação do Projeto de Lei em epígrafe, visto ser legal, conveniente e oportuno.

Favorável é o parecer, ao referendo do Colendo Plenário.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 20 de setembro de 2022.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 076/2021

Pela Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação:


VEREADOR WILIAN BARBOSA DO MORRINHO

Presidente


VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA

Vice-Presidente - Relator


VEREADOR CRISTIANO JOSÉ CECON

Secretário

Pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade:


VEREADOR ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO


Presidente


VEREADORA ANA PAULA ESPINA DE SOUZA MUNIZ

Vice – Presidente - Relator


VEREADOR FRANCISCO DE SOUZA CAMPOS

Secretário

LIDO EM SESSÃO
DE 20 / 09 / 2022

PRESIDENTE



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 076/2021

Pela Comissão Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo:

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO

Presidente - Relator

VEREADOR JOSÉ MUNIZ

Vice - Presidente

VEREADOR JOSÉ ALAERCIO DE TOLEDO LIMA JUNIOR

Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna

Em conformidade com o Parágrafo único do Artigo 229 do Regimento Interno, vimos requerer VISTA do Projeto de Lei nº 76/2021, do Excelentíssimo Sr. Wilian Barbosa do Morrinho que acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao art. 2º da Lei 2.289 de 18 de março de 2015, que dispõe sobre a criação do Programa "Cadastro Unificado" da educação infantil da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências, para que o mesmo seja novamente apreciado na sessão ordinária a ser realizada no dia 4 de outubro de 2022.

Jaguariúna, 20 de setembro de 2022.

LIDO EM SESSÃO
DE 20/09/2022
[Assinatura]
PRESIDENTE

APROVADO	
Favoráveis	<u>07</u>
Contrários	<u>06</u>
Abstenções	<u>—</u>
<u>20/09/2022</u>	<u>[Assinatura]</u> PRESIDENTE

[Assinatura]
VEREADOR JOSÉ MUNIZ



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



PROJETO DE LEI Nº 076 /2021.

Acrescenta os §§ 1º e 2º, ao art. 2º da Lei Municipal nº 2289 de 18 de março de 2015, que dispõe sobre a criação do Programa "Cadastro Unificado" na educação infantil da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.

A Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte lei

Art. 1º Fica acrescentado os §§ 1º e 2º, ao art. 2º da Lei Municipal nº 2289 de 18 de março de 2015, como segue:

Art. 2º.....

§ 1º O Cadastramento eletrônico de que trata o inciso I deste artigo será realizado durante todos os dias letivos do calendário escolar municipal.

§ 2º A critério da Administração Municipal poderá ser adotado o cadastramento eletrônico de forma virtual.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, 11 de outubro de 2022.

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente

VEREADOR SILVIO LUIZ TELLES DE MENEZES
Vice Presidente

VEREADORA ANA PAULA ESPINA DE SOUZA MUNIZ
Primeira Secretária

VEREADOR CRISTIANO JOSÉ CECON
Segundo Secretário

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

Creusa Aparecida Gomes
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ofício PRE n.º 553/2022

Jaguariúna, 13 de outubro de 2022

Senhor Prefeito

Passamos às mãos de Vossa Excelência, para sanção e promulgação, Projeto de Lei nº 076/2022 do Sr. Wilian Barbosa do Morrinho, o qual acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 2º da Lei 2289 de 18 de março de 2015, que dispõe sobre a criação do Programa "Cadastro Unificado" na educação infantil da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências, o qual foi aprovado por unanimidade de votos, em Primeira e Segunda Discussões, em Sessões Ordinárias realizadas nesta Casa de Leis, aos 04 de e 11 de outubro de 2022.

Atenciosamente,


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente

À Sua Excelência o Senhor
Márcio Gustavo Bernardes Reis
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.

